



Processo de Trabalho e Gestão Democrática: em busca do reconhecimento social

Raquel Dorigan de Matos (UNICENTRO) raqueldorigan@uol.com.br

Resumo:

Este estudo busca desenvolver uma análise crítica das condições de uma gestão democrática do processo de trabalho mediante as categorias do reconhecimento social, redistribuição da riqueza material, representação política paritária e realização emocional. Realizou-se estudo de caso, de base metodológica qualitativa, fundamento teórico-metodológico da Economia Política do Poder, no projeto de cooperação entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST e Mondragón Corporación Cooperativa – MCC, no Paraná, Brasil. Ao apresentar as categorias do reconhecimento social, redistribuição da riqueza material, representação política paritária e realização emocional, pretendeu-se demonstrar que as relações de poder e de trabalho são permeadas por contradições e se defrontam com obstáculos que se encontram na constituição da sociedade. A experiência de cooperação em questão demonstrou um anseio por participação em condições de igualdade para que se rompa o processo de alienação, o que levou ao entendimento que essas categorias viabilizam a ética organizacional, a sustentabilidade econômica e social e, ao destruírem a estrutura social verticalmente hierarquizada, permitem o alargamento de habilidades criativas nos sujeitos, constituindo uma possibilidade ampliada de desenvolvimento coletivo em busca da superação dialética da totalidade. A participação no processo de tomada de decisão é o elemento mediador necessário para que o trabalhador assuma coletivamente a responsabilidade sobre a gestão, sem a qual a participação reduz-se ao referendo de decisões burocraticamente definidas, inviabilizando o desenvolvimento das atividades pretendido pela coletividade. A experiência estudada apresenta progressos na gestão democrática, mas na totalidade da atividade não representa um enfrentamento capaz de superar grandes contradições.

Palavras chave: Economia política do poder, Gestão democrática, Reconhecimento.

Labor process and the Democratic Management: in search of social recognition

Abstract

This study seeks to develop a critical analysis of the conditions for a democratic management of the work process through the categories of social recognition, redistribution of material wealth, political representation and equal emotional fulfillment. We conducted a case study of a qualitative methodological basis, theoretical and methodological foundation of the Political Economy of Power,

the project of cooperation between the Movement of Landless Rural Workers - MST and Mondragón Corporación Cooperativa - MCC, Paraná, Brazil. In presenting the categories of social recognition, redistribution of material wealth, political representation and equal emotional fulfillment was intended to demonstrate that the power relations and work are permeated by contradictions, and are faced with obstacles that are in the constitution of society. The experience of cooperation in question demonstrated a desire for participation on an equal footing so that it breaks the divestiture process, which led to the understanding that these categories enable organizational ethics, social and economic sustainability, and to destroy the social structure vertically hierarchical, allow the extension of creative skills in the subject, constituting an extended collective development in pursuit of dialectical overcoming of all possibility. Participation in the decision-making process is the mediator necessary element for the worker to collectively take responsibility for the management, without which participation is reduced to a referendum decisions bureaucratically defined, preventing the development of activities desired by the community. The study presents experience progress in democratic management, but on the whole activity is not able to overcome a confrontation major contradictions

Key-words: Political economy of power, Democratic management, Recognition.

1 Introdução

O fundamento do sistema capitalista está na exploração do trabalho não pago. Assim, “o capital degrada o trabalho, sujeito real da reprodução social, à condição de objetividade reificada e com isso derruba, não somente na teoria, mas na prática social palpável, o verdadeiro relacionamento entre sujeito e o objeto” (MÉSZÁROS, 2002, p. 126). A compra e a venda da força de trabalho (mercadoria) e a submissão daquele que está vendendo (proletário), aos controles e disciplinas impostas pelo comprador (capitalista), são inerentes ao modo de produção capitalista. Contudo, as condições de compra e os mecanismos de poder utilizados assumem características e formas variadas.

Dessa feita, a mercadoria força de trabalho, ao realizar o seu valor de troca, possibilita a alienação do seu valor de uso (MARX, 1985). Assim, a compra da força de trabalho determina que ela pertence ao comprador (capitalista). No processo de trabalho, o valor pago pelo tempo de uso da força de trabalho determina que tal força pertence ao empregador, e não mais ao indivíduo que a vendeu. O comprador, ou capitalista, portanto, intensifica a utilização do uso da mercadoria força de trabalho, procurando fazer pleno uso da sua propriedade, evitando espaços de tempo ociosos durante a jornada de trabalho, dado que possui um prazo determinado para aplicá-la. Ademais, determina-se um regulamento proibindo o uso indevido de meios de produção, que pode repercutir no retorno do capital investido (MARX, 1985).

Faria (2004), argumenta que o proprietário dos meios de produção e do direito do uso da força de trabalho detém o controle do processo produtivo, podendo definir as condições do processo de trabalho, estabelecendo assim a alienação e/o estranhamento em relação ao produto do trabalho por parte do sujeito trabalhador. “Assim, a relação original entre o sujeito e o objeto da atividade produtiva é completamente subvertida, reduzindo o ser humano ao *status* desumanizado de uma mera ‘condição material de produção’. O ‘ter’ domina o ‘ser’ em todas as esferas da vida” (MÉSZÁROS, 2002, p. 611).

Ao refletir acerca da importância da relação trabalho-identidade compreende-se que o conhecimento significativo está profundamente relacionado à vida diária do trabalho e à aquisição de novo conhecimento, a aprendizagem, que é socialmente construída nas práticas do trabalho. “A educação é, portanto, meio de apreensão da importância do trabalho e, por conseguinte, da transformação de cada homem em ser humano” (BOLEIZ JUNIOR, 2008, p.155).

Este estudo toma a “prática social na organização” como objeto de pesquisa em busca do entendimento da “realidade organizacional empírica”. A prática social pode ser compreendida como um fenômeno empírico da vida cotidiana dos sujeitos ou grupos de sujeitos com suas concernentes experiências, enfatizando a interdependência das relações entre os indivíduos e o mundo. Em uma perspectiva teórica, a prática social pode contribuir para a construção e para a compreensão da experiência diária dos sujeitos e de seus grupos na totalidade da atividade. Do ponto de vista ontológico pode ser entendida como a natureza do ser, da matéria com que o fenômeno é constituído, sendo histórico e social, organizado por atividades dos sujeitos ou grupos de sujeitos (KEMMIS; MCTAGGART, 2002; ORLIKOWSKI, 2010).

Tendo por base esse entendimento, a prática social é compreendida como um “sistema de atividade situada” em tempo concreto, em um processo histórico e de mudança, como uma realidade aparente, produzida por seus participantes e produzindo-os em um movimento em espiral de transformar-se reflexivamente (ENGESTRÖM, 1987, 2001, 2002 e 2006; BULGACOV; VIZEU, 2011; KEMMIS; MCTAGGART, 2002). Nesse sentido, a participação dos sujeitos é assegurada mediante a representação paritária.

O reconhecimento social, a redistribuição da riqueza material, a representação paritária e a realização emocional, abarcada neste estudo, é caracterizada por um contíguo de demandas, como: a supressão da hierarquia; colaboração/cooperação entre os setores de produção econômica e social; participação direta e efetiva; democratização das decisões, pela possibilidade de audição imparcial às reivindicações dos que reclamam defesa de interesses sociais comuns e compartilhados; autocontrole do processo de trabalho pelos produtores diretos; autogestão da organização coletivista de trabalho; colaboração no planejamento e na execução dos projetos sociais; partilha das responsabilidades em todas as instâncias; preservação e valorização do trabalho coletivo.

O grau de controle que os sujeitos têm sobre quaisquer decisões em particular, as questões que envolvem essas decisões e o nível político no qual as questões objeto de tais decisões são definidas apresentam-se como elementos significativos na caracterização da justiça social, econômica e política. Considera-se que a justiça social, econômica e política possibilitam que assuntos coletivos, determinantes da vida em sociedade, sejam apropriados pelos sujeitos e que este possa ser capaz de redefinir em um processo histórico uma atividade, buscando a superação de sua contradição interna.

Por entendermos que as organizações são permeadas por relações contraditórias estabelecidas entre o capital e o trabalho e que o sujeito constitui e é constituído no social, procuramos estabelecer para esta pesquisa a perspectiva de organizações que se pretendem alternativas em sua gestão, fazendo o enfrentamento ao sistema econômico.

A presente pesquisa busca analisar as condições de uma gestão democrática do processo de trabalho a partir das categorias do reconhecimento social, redistribuição da riqueza material, representação política paritária e realização emocional, no processo de cooperação entre duas organizações. O processo de cooperação deu-se mediante a parceria entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST e a Mondragón Corporación Cooperativa-MCC, estabelecendo a troca de experiências e desenvolvendo, dessa feita, um processo de aprendizagem mútuo.

A presente proposta de estudo classifica-se como de abordagem qualitativa. Esse tipo de pesquisa social se distingue por objetivar a apreensão e o entendimento de fenômenos sociais com o menor afastamento possível do seu ambiente natural, de modo que não se buscam apenas regularidades nem relações estritamente lineares, mas sim relações complexas e associações dinâmicas nas quais a compreensão/percepção dos sujeitos da pesquisa, e daquilo

que os levou a agir como agiram, compõem um conjunto de elementos significativos para a pesquisa (DENZIN; LINCOLN, 2006; GODOI; BALSINI, 2006; STAKE, 2011).

2 Teoria do Reconhecimento

A comunidade acadêmica contemporânea é espectadora da discussão em torno da noção do reconhecimento. Estudiosos de diferentes áreas dedicam seus esforços em busca do entendimento do tema. Axel Honneth, Nancy Fraser e Charles Taylor, são os principais autores que buscam um (re)entendimento do tema reconhecimento como sendo central para a teoria crítica da atualidade (MATTOS, 2004; NETO, 2011). Apesar de apresentarem interpretações distintas do tema, têm em comum o desejo de colocar a categoria do reconhecimento como tema principal na reconstrução de um pensamento crítico, aspiram por um posicionamento crítico em relação às lutas sociais da atualidade, teorizar o lugar da cultura no capitalismo e estabelecer padrões de justiça.

A Teoria do Reconhecimento estabelece suas bases teóricas em Hegel. O conceito de reconhecimento é desenvolvido por Hegel em seus escritos em Jena, havendo um grande destaque à intersubjetividade que leva ao reconhecimento como fundamento ético onde acontecem os embates, os conflitos (MATTOS, 2004; NETO, 2011; FARIA, 2011). “Assim, o tema reconhecimento tem ocupado um lugar de destaque na filosofia desde que Hegel, ao interpretar o conflito como mecanismo de transformação social na construção de uma sociedade em que as relações sociais são mais estruturadas, introduz a categoria do respeito e do reconhecimento intersubjetivo como o motor destes conflitos.” (FARIA, 2011). Para Hegel (MATTOS, 2004; NETO, 2011; FARIA, 2011), Lacan e Enriquez (FARIA, 2011) o sujeito estabelece a sua existência na relação com o outro, ou seja, quando reconhecido pelo outro.

A terceira geração da Teoria Crítica frankfurtiana, representada por Axel Honneth, retoma a categoria hegeliana estabelecendo seus estudos na sociologia do reconhecimento; a filosofia histórica fundamenta os trabalhos de Charles Taylor a respeito do reconhecimento social como o vínculo fundamental entre os sujeitos; Nancy Fraser constitui seus estudos nos movimentos sociais e nos conflitos políticos (MATTOS, 2004; SAAVEDRA e SOBOTKA, 2008; FARIA, 2011).

De acordo com Smaniotto (2008); Neto (2011); Faria (2011), Honneth postula que existem três princípios integradores ou formas de reconhecimento: as ligações emotivas/ amor, a adjudicação de direitos e a orientação por valores/solidariedade. Este princípios são responsáveis por estruturar os dispositivos de proteção intersubjetivos de liberdade externa e interna.

A proposta apresentada por Nancy Fraser é composta por duas categorias irreduzíveis entre si: o reconhecimento e a redistribuição. Para ela, os conflitos sociais têm seus fundamentos vinculados à luta pelo reconhecimento social e, bem como, na luta pela redistribuição da riqueza material produzida pela sociedade e pela representação paritária nas esferas de decisão. A partir disso, são definidas três categorias: reconhecimento social; redistribuição igualitária de riqueza material; representação paritária nas esferas de decisão; estabelecendo um entendimento analítico fundado em um modelo tridimensional (MATOS, 2004; FARIA, 2011).

Dedicando-se ao entendimento da Teoria do Reconhecimento em uma interação com os estudos desenvolvidos acerca do processo de trabalho e sua centralidade para a edificação teórica, bem como a gestão democrática do mesmo pelos sujeitos coletivos, Faria (2011) apresenta sua contribuição ao tema estabelecendo uma nova dimensão de análise. Esta dimensão corresponde a psicossocial, tendo como categoria de análise a realização emocional.

2.1 Análise quadridimensional - contribuições à Teoria do Reconhecimento

Faria (2011, p.7), percebe na Teoria do Reconhecimento a ausência de uma categoria que compreenda as dimensões constitutivas do sujeito coletivo concreto em sua prática racional e emocional. “Esta carência pode ser atendida através da categoria analítica da realização ou recompensa emocional, na medida em que esta represente a materialização do sujeito coletivo como componente da prática da luta pelo reconhecimento, pela redistribuição e pela representação.” A análise da realidade deve ser realizada a partir de quatro categorias de análise, descritas a seguir num modelo quadridimensional: redistribuição igualitária da riqueza material (dimensão econômica); reconhecimento social (dimensão cultural); representação paritária nas esferas de decisão (dimensão jurídica-política); realização emocional (dimensão psicossocial).

As categorias apresentadas tornam-se pertinentes para as pesquisas sobre processo de trabalho e de produção e de sua gestão democrática, primeiro porque delimitam o campo empírico da pesquisa ao materializar o sujeito coletivo no plano do grupo social (reconhecimento e realização) e também, ao materializar as formas de organização e de gestão do processo de trabalho e da prática política (redistribuição e representação); e segundo, porque demarcam o plano epistemológico, metodológico e teórico daí decorrente. Na perspectiva da Economia Política do Poder as o modelo quadridimensional se apresenta no campo “das possibilidades de avanço nas investigações sobre relações de poder do ponto de vista do trabalho e dos trabalhadores” (FARIA, 2011, p. 10).

2.1.1 A dimensão econômica de análise: redistribuição da riqueza material coletivamente produzida

As organizações se constituem no interior de um determinado modo de produção. Considera-se nessa categoria as formas como a renda social é distribuída, bem como as formas de propriedade, as relações de troca das mercadorias, a organização, os processos e as relações de trabalho e o acesso aos bens de infra-estrutura social urbana e rural (educação, saúde, saneamento, segurança, moradia). Nessa categoria busca-se analisar a justiça distributiva nas condições de reprodução e de acumulação capitalista como nas forças coletivas organizadas de resistência ou de enfrentamento dos processos de exclusão social pelo sistema de capital (FARIA, 2011).

Análises da gestão social deve questionar a propriedade legal e real dos meios de produção; o controle por parte dos produtores diretos sobre os meios e processos de trabalho; e a participação destes no processos de tomada de decisão em todos os níveis da organização produtiva (FARIA, 2004). Considera-se que o “desenvolvimento das forças produtivas deve ser incorporado à discussão sobre a repartição da riqueza como parte dialeticamente constitutiva da mesma e não ser repudiado por se tratar de um processo que se desenvolveu sob o sistema de capital” (FARIA, 2011, p. 15).

De acordo com Fraser (2008), a categoria de redistribuição envolve a redistribuição dos rendimentos, a reorganização da divisão do trabalho, subordinação dos investimentos e um processo democrático de tomada de decisão e transformação das estruturas básicas da economia.

2.1.2 A dimensão sociocultural de análise: reconhecimento social

Segundo Faria (2011), o reconhecimento social retoma as discussões em virtude da emergência dos movimentos sociais que vão além do tema da divisão de classes, estabelecendo novos enfrentamentos, como questões de gênero, preconceito, educação, desemprego, direitos sociais urbanos, saúde pública, moradia, segurança, infraestrutura social e urbana, buscando estabelecer novas alternativas para a sociedade atual, em uma tentativa de constituir uma política progressiva de superação do sistema de capital.

A luta pelo reconhecimento ocorre em uma sociedade de extrema desigualdade material. Nessa condição, deve-se entender que a justiça deve contemplar a articulação entre redistribuição econômica, reconhecimento social e representação política (FRASER, 2008).

Para Faria (2011, p.20), “a dimensão sociocultural relaciona-se à superestrutura construída a partir das relações de produção no sentido de sua institucionalização, tendo como suporte um sistema de ideais capaz de conferir legitimidade às ações de um determinado sistema econômico”. Sendo que o nível de controle político-ideológico está diretamente relacionado com as relações de dominação que visam legitimar e garantir a manutenção e reprodução das relações de poder e posse.

2.1.3 A dimensão jurídico-política: representação paritária

Para Faria (2011), a representação paritária dos sujeitos na esfera de decisão é caracterizada por um contíguo de demandas como a supressão da hierarquia, colaboração/ cooperação entre os setores de produção econômica e social, participação direta e efetiva, democratização das decisões. Defesa de interesses sociais comuns e compartilhados, autocontrole do processo de trabalho pelos produtores diretos, autogestão da organização coletivista de trabalho, colaboração no planejamento e na execução dos projetos sociais, partilha das responsabilidades em todas as instâncias, preservação e valorização do trabalho coletivo.

O grau de controle que os sujeitos têm sobre quaisquer decisões em particular, as questões que envolvem essas decisões e o nível político no qual as questões objeto de tais decisões são definidas apresentam-se como elementos significativos na caracterização da participação paritária. Desta forma, entende-se que o acesso e o domínio de informações relevantes no processo de decisão estabelece o nível da participação, podendo ser caracterizada como paritária ou não (FARIA, 2011).

Outro elemento apontado por Faria (2011) como indispensável para a conquista de uma democracia participativa paritária é a superação do estranhamento/alienação, possibilitando que assuntos coletivos, determinantes da vida em sociedade sejam apropriados pelos sujeitos.

Fraser (2008) citada por Faria (2011) afirma que critérios de justiça devem estar presentes para que haja a participação em igualdade, com pleno direito de interação social. A autora estabelece três dimensões deste conceito de justiça. A redistribuição, como primeiro critério, remete às estruturas econômicas. A segunda dimensão é balizada pelo reconhecimento, está ligada as hierarquias institucionalizadas, de valor cultural. A terceira dimensão é a política, que “está centrada em questões de pertença e de procedimento, o que remete a discussão para o problema da representação e, portanto das regras de decisão e das condutas que estruturam os processos públicos de confrontação. Se a paridade participativa nas decisões constitui-se em uma justiça política, a mesma defronta-se com obstáculos que se encontram na constituição da sociedade” (FARIA, 2011, p. 23).

A definição de *quem* são os sujeitos da justiça é critério singular na definição de uma política de representação para se considerar paritária. Fraser apresenta uma proposta suficiente no que se refere a *quem* deve ser incluído na representação paritária, sendo estabelecida como princípio de todos os sujeitos.

De acordo com este princípio, todos aqueles que estão sujeitos a uma determinada estrutura de governança [gestão] estão em posição moral de ser sujeitos de justiça com relação a tal estrutura. Nesta perspectiva, o que converte o conjunto de concidadãos em sujeitos de justiça não é a cidadania compartilhada, como tampouco a posse comum de uma personalidade abstrata, nem o próprio fato da interdependência causal, mas sim a sua sujeição conjunta a uma estrutura de governança, que estabelece as regras básicas que regem a sua interação. Para qualquer estrutura de governança desse tipo, o “princípio de todas as disciplinas

corresponde ao alcance do âmbito moral com o da sujeição a esta estrutura. (FRASER, 2008a, pp. 126-127) citada por Faria (2011, pp.24-24)

O princípio constituído por Fraser oferece condições para a consideração de (in)justiças das demarcações. A sujeição de todos e de cada um a uma estrutura comum de governança que regula áreas relevantes de interação social auferem consideração igualitária.

2.1.4 A dimensão psicossocial: realização emocional

O nível psicossocial busca integrar aspectos objetivos, econômicos e político-ideológicos, aos aspectos que constituem o sujeito em sua vida social, em sua afetividade.

Segundo Faria (2011, p. 25), “ a realização emocional, que se apresenta como recompensa psíquica válida e validada pelo sujeito e pelo outro, alude diretamente a noção de vínculo de reconhecimento. [...] A relação entre identidade e vínculo de reconhecimento constitui a dialética entre o Ego e o Superego, entre o sujeito e o outro, entre os grupos e as classes sociais. Em síntese, a dialética entre reconhecer-se e ser reconhecido.”

No nível psicossocial encontra-se a explicação para o movimento de vinculação entre os sujeitos concretos, necessário para o reconhecimento dos interesses comuns, condição necessária para as organizações coletivistas de trabalho. “Por apresentar uma dinâmica dialética, em que sempre polos antagônicos (prazer e angústia, alienação e reconhecimento, repetição e superação) estão em jogo, entende-se que esse nível de análise representa uma peça importante para a compreensão das relações de poder nas organizações” (FARIA, 2011, p. 28).

3. Procedimentos Metodológicos

A escolha do estudo de caso para a realização da pesquisa deu-se em razão desta buscar o conhecimento e a compreensão de fenômenos sociais envolvidos em uma realidade organizacional, com o que se espera entender os elementos que compõem a estrutura de gestão da Mondragón Corporação Cooperativa-MCC, para compreender a sua prática nas Cooperativas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra-MST. Para tanto, o conhecimento profundo da realidade organizacional faz-se necessário.

A coleta dos dados foi realizada no período compreendido entre março de 2010 e junho de 2012. Os dados primários foram coletados mediante entrevistas semi-estruturadas e recorrente com os membros cooperados do MST, bem como com os membros cooperados do MCC que se encontram no Brasil. Os dados secundários foram colhidos mediante análise de documentos internos e de publicações acerca dos dois empreendimentos coletivos de trabalho (do MST e do MCC). Para a análise dos dados coletados foram utilizados procedimentos qualitativos.

Os dados primários e secundários foram analisados de forma descritivo-interpretativa, na tentativa de desvendar ideologias e princípios, não se limitando, o pesquisador, ao conteúdo manifesto dos discursos, buscando conhecer o conteúdo latente da comunicação. A escolha do método de análise qualitativa –procedimento discursivo e significativo de reformulação, de explicitação ou de teorização de um testemunho, de uma experiência ou de um fenômeno - está na sua possibilidade de aprofundamento na natureza das relações interpessoais, analisadas a partir da significação que os cooperados dão às suas ações, o que permite ao pesquisador compreender e interpretar a realidade observada.

4. Análise do objeto de estudo

Neste tópico passa-se a analisar as categorias estabelecidas para o desenvolvimento do estudo, que buscam compreender a prática do processo de cooperação que está em curso entre

Mondragón Corporação Cooperativa-MCC e Cooperativas do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra – MST.

(i) o reconhecimento social

Ao relatar a respeito do sistema de atividade de parceria entre o MST e MCC os entrevistados arrolam como primeiro elemento a pertença. No desenvolver das entrevistas são mencionados pelos entrevistados outros elementos que caracterizam o vínculo com o sistema de atividade de parceria, ao referirem-se ao fato de que a região em que se encontram atualmente desenvolvendo o trabalho é a sua base e que continuam a contribuir, destacando a busca pelo reconhecimento social e pela possibilidade de diligenciar reivindicações.

“Eu sou filha de assentado, eu milito há oito anos eu comecei a contribuir no setor de educação. [...] voltei para o Paraná para contribuir no CEAGRO, porque é a minha base, porque eu sou daqui, e continuei a contribuir. [...] Daí, quando surgiu o curso de gestão aqui na região, eu fui convidada a participar.”

É possível identificar aqui a dimensão política centrada em questões de pertença que remete à discussão para as questões de representação, estabelecendo os critérios de pertencimento social. A capacidade de exercer a participação política é dependente das relações de classe e de *status*. Os entrevistados buscam reforçar o pertencimento social, categoria necessária para garantir sua voz política a fim de estruturar e defender os seus interesses referentes à distribuição e ao reconhecimento.

A questão da cooperação está presente no discurso dos outros entrevistados. As palavras de Freire (1996) remetem a esse compromisso coletivo de construção social quando ele diz: “não há o pensar sem entendimento e o entendimento, do ponto de vista do pensar certo, não é transferido, mas co-participado. [...]” “A prática docente crítica, implicante do pensar certo, envolve o movimento dinâmico, dialético, entre o fazer e o pensar sobre o fazer” (FREIRE, 1996, p. 37-38).

A interação social vai garantir a realização da atividade de parceria com a MCC, porém a participação plena de todos os sujeitos somente é possível se as regras de decisão adotadas permitirem igualdade de voz e voto nas decisões públicas e na adoção democrática de decisões (FRASER, 2008).

(ii) redistribuição da riqueza material

A fala dos entrevistados representa preocupação com a realidade concreta, entendendo que essa realidade traz a contradição da busca por um desenvolvimento político social e um desenvolvimento econômico. Identificam os problemas da totalidade da atividade e reconhecem as diversas mediações que o real estabelece. O projeto de parceria/cooperação sofre com os entraves do real. Eles entendem que o processo não é simples, mas poderá trazer o desenvolvimento dos grupos. Os desdobramentos da parceria devem respeitar as diferenças entre MST e MCC e também a realidade local. Nesse sentido, Engeström (1987) afirma que os sistemas de atividade nunca estão isolados, mas incorporados à rede de sistemas de atividade interdependentes que produzem os elementos do sistema e consomem os seus produtos.

“Porque todo o processo real, ele tem problemas, porque senão, não tem nem milagre nem perfeição. Então o processo sempre tem contradições, sempre tem problemas. A gente tem uma leitura de contradição como parte e não como uma coisa que isso vai ter a perfeição. Não é uma visão idealista. Então dentro disso lembrando essas contradições também nos interessava conhecer. Claro, com as diferenças que tem das experiências do movimento e das experiências de MONDRAGON.”

A preocupação com a realidade expressada nas entrevistas remete ao fato Região de Cantagalo ser uma das mais pobres do estado do Paraná. O projeto político de participação não pode ser esquecido, porém as dificuldades econômicas precisam de respostas rápidas. Para os entrevistados as cooperativas vinculadas à MCC apresentam eficiência econômica, contudo há um distanciamento de valores de mobilização do grupo. Esta é sua preocupação: se haverá ou não a possibilidade de uma síntese.

A busca pelo desenvolvimento econômico de todos os envolvidos no projeto faz-se presente em vários momentos das narrativas dos entrevistados. Essa preocupação é pautada pelo desejo de inclusão social, que remete ao estigma de excluído imposto pela sociedade aos membros do MST. A inserção dos membros do MST em esferas de decisão de maior abrangência passa pela sustentabilidade econômica do movimento. Logo, para os entrevistados, a busca não é somente por um projeto de participação paritária local, mas sim em esferas mais amplas da sociedade.

O discurso dos entrevistados reflete a dialética do desenvolvimento social e econômico. Falam sobre a dificuldade em manter relações solidárias e econômicas em um contínuo de relação, que a luta competitiva gera tensões sobre os sistemas de solidariedade e desenvolvimento. As tensões também são geradas internamente entre as pessoas.

O discurso do entrevistado é claro quando diz respeito à importância de se manter a coletividade nas decisões mesmo em situações de crescimento econômico. Ele afirma que o sucesso do empreendimento coletivo está justamente na busca por essa síntese. Há que se manter a participação. Na fala do entrevistado: “Fazer mudanças em procedimentos é tranquilo. O problema está no jeito de fazer que a empresa fique o mesmo quando duplica gente. É um tema complexo. E se a mudança tem que ser feita muito rapidamente, as pessoas não terão a capacidade de absorver isso.” Afirma que as cooperativas devem fazer um esforço pra manter uma melhor conexão com as pessoas.

(iii) representação política-paritária

A política de demarcação de fronteiras estabelece distinções entre membros e não membros. A questão essencial dessa política é a demarcação de “quem” é ou não é membro. Na percepção dos entrevistados a perspectiva utilizada para demarcação das fronteiras nesse sistema de atividade é o chamado enfoque transformativo, no qual o Estado territorial não é suficientemente capaz de demarcar “quem” é ou não é membro, chamado de “princípio de todos os afetados, sendo que todos os afetados por uma estrutura ou uma instituição social apresentam condição moral de serem sujeitos de justiça a respeito de si.”

“Todos os cinco mil assentados que temos na região. [...] Eu vou dizer assim. Eles conhecem, sabem que tem um plano estratégico. Se você perguntar para os cinco mil cada um vai ter a sua visão. Mesmo ter ido à mesma reunião, a gente ter falado a mesma coisa, mas cada um tem a sua leitura. Mas assim, quem está envolvido, o pessoal que está nas escolas, está na militância, que está tocando, apesar de conhecer mais, também tem a sua opinião. [...] O importante que é a visão de onde chegar, todos tem a mesma.”

A representação paritária é possibilitada em um primeiro momento mediante a comunicação a todos os atores sociais interessados. E, em um segundo momento, após as informações terem sido disponibilizadas, os atores sociais emitem o assentimento a respeito da matéria em deliberação. Nesse sentido, a deliberação passada em assembleia garante o caráter soberano da decisão. O processo de participação paritária está em permanente construção. Os entrevistados reconhecem que houve avanços na participação, no entanto o programa de parceria/cooperação está em fase inicial e há longo percurso de aprendizagem para que se consiga problematizar tanto a substância como o procedimento da participação paritária.

(iv) realização emocional

Para que a injustiça da não participação seja superada, precisam ser desarticulados os entraves institucionalizados que inviabilizam a alguns a participação paritária com os outros como membros com pleno direito na interação social (FRASER, 2008). No discurso dos entrevistados está presente a prática para a superação dessas limitações mediante a valorização do trabalho coletivo e a defesa de interesses sociais comuns. No avesso do discurso abaixo, percebe-se que a exclusão do passado, anterior à conquista da terra, gera sofrimento e um sentimento de pouco valor. O sentido de projeto social comum, por conseguinte, acaba por atuar como um mecanismo de defesa desse sentimento. Por meio do trabalho coletivo o sujeito pode reconhecer em si valor.

“Então eles têm essa consciência que cooperativa dá trabalho e que é complicado. Mas eles veem como uma alternativa hoje pra mercado, pra poder desenvolver. [...] Então eles têm essa consciência: que é complicado com, mas pode ser pior ainda sem. Entende? Eles têm isso. Alguns são bem abertos pra participar, apesar de tudo que aconteceu antes.”

O projeto social comum é capaz de reforçar a percepção da participação como via possível para a reconfiguração da realidade. Os entrevistados verbalizam o seu compromisso com o coletivo colocando-se à disposição das atividades do movimento. Observa-se a realização pessoal no pertencimento e na contribuição de sua prática para o desenvolvimento comum

5. Considerações finais

Este estudo procurou entender as condições de uma gestão democrática do processo de trabalho, a partir das categorias do reconhecimento social, redistribuição da riqueza material, representação política-paritária e realização emocional em busca da possibilidade concreta da superação do estranhamento econômico e da alienação política, possibilitando que assuntos coletivos, determinantes da vida em sociedade, sejam apropriados pelo sujeito. A categoria que permeia o estudo é a do reconhecimento e, nesse sentido, o pressuposto norteador é que o homem estabelece uma relação dialética com o meio sociocultural em um processo de construir e ser construído.

Entender o reconhecimento social, a redistribuição da riqueza material, a representação política-paritária e a realização emocional como possibilidade para a gestão democrática do processo de trabalho sugere pensar a atividade como um significado transformador, em que, em um processo de desenvolvimento, as relações se estabelecem em um movimento dinâmico de revolução na forma de espiral, passando pelo mesmo ponto enquanto avança para um nível superior.

Conclui-se que o reconhecimento social, a redistribuição da riqueza material, a representação política-paritária e a realização emocional como categoria teórica oferece eficácia explicativa para a relação que se pretende estabelecer, vinculando a ideia de reconhecimento ao estabelecimento de relações de igualdade na medida em que rompe o processo de alienação, expande e estimula a difusão do conhecimento, além de destruir a estrutura social verticalmente hierarquizada, de forma que todos se tornem conscientes de sua responsabilidade para com o sucesso ou insucesso da ação (FARIA, 2011).

A análise do caso da parceria MST e MCC permitiu concluir que a construção do reconhecimento social, da redistribuição da riqueza material, da representação política-paritária e da realização emocional como possibilidade para a gestão democrática do processo de trabalho, contribui para a sustentabilidade econômica e social à medida que, a partir de uma justiça política, econômica e social proporciona aos sujeitos participarem plenamente como pares, rompendo com a desigualdade de status e econômica dando condições de oportunidades iguais.

O caso aqui analisado mostrou que o fato gerador do reconhecimento é o pertencimento e a definição de quem é ou não membro vincular-se ao princípio de todos os afetados, uma vez que possibilita ao sujeito a opção de compor ou não o projeto social. Nesse entendimento, o reconhecimento social, a redistribuição da riqueza material, a representação política-paritária e a realização emocional como possibilidade para a gestão democrática do processo de trabalho, no caso estudado, são percebidos no sentido de pertencimento social, à medida que oferece condições aos sujeitos da atividade de diligenciar reivindicações. Esta garantia se dá pelas discussões nos núcleos de base ligados às assembleias, pela propriedade coletiva dos bens, pelo reconhecimento enquanto movimento social e pelo sentimento de pertencimento.

O reconhecimento social, a redistribuição da riqueza material, a representação política-paritária e a realização emocional como possibilidade para a gestão democrática do processo de trabalho se constitui, em um primeiro momento, mediante a comunicação a todos os atores sociais interessados. E, em um segundo momento, após as informações terem sido disponibilizadas, os envolvidos emitem o assentimento a respeito da matéria em deliberação. Nesse sentido, a deliberação passada em assembleia garante o caráter soberano das decisões.

A justiça social, econômica e política, no caso estudado, se constituem pela participação dos sujeitos, entendidos como pares nessa relação, na totalidade da atividade. O equilíbrio entre o político e o administrativo é uma possibilidade de avanço da prática na atividade significada visto que possibilita a supressão da estrutura hierárquica e proporciona o surgimento de vários processos internos de desenvolvimento, permitindo a construção de uma nova síntese do processo de divisão do trabalho, do processo de regras, do envolvimento da comunidade e da organização e utilização dos instrumentos ou ferramentas.

Se a justiça social, econômica e política possibilitam o autocontrole do processo de trabalho pelos produtores diretos, autogestão da organização coletivista de trabalho, colaboração no planejamento e a superação do estranhamento/alienação, possibilitando que assuntos coletivos, determinantes da vida em sociedade, sejam apropriados pelos sujeitos, logo há elementos que apontam para a contribuição da mediação das categorias reconhecimento social, redistribuição da riqueza material, representação política-paritária e realização emocional para a efetivação da gestão democrática do processo de trabalho, visto que todo o processo de sustentabilidade econômica e social remete-se a situações coletivas de criação de um novo objeto para a atividade, em busca de uma mudança suficiente para superar uma contradição geradora de crise.

Entende-se que a ampliação do objeto se dá pela compreensão das contradições internas do sistema e, conseqüentemente, pela possibilidade de desenvolvê-lo continuamente. Para que esse processo seja estabelecido é necessário que o sujeito apreenda a sua essência, compreendendo a lógica de seu desenvolvimento em sua formação histórica. Para que esse entendimento seja viabilizado em sua prática, a justiça social, econômica e política se torna elemento mediador significativo, visto que “uma totalidade social dada é controlada de maneira mais efetiva sob forma de ação social/política organizada, desde que uma agência coletiva, adequada e consciente, exista para implementar a concepção estratégica global (BOTTOMORE, 2011)”.

Considerando que a dialética das coisas produz a dialética das ideias, entende-se que a dialética apresentada na construção da justiça social, econômica e política é própria do processo. Ainda que as organizações sejam permeadas por relações complexas e contraditórias, elas contêm a possibilidade de superação em um processo histórico de desenvolvimento.

Referências

- BOLEIZ JUNIOR, Flávio. **Pistrak e Makarenko: pedagogia social e educação do trabalho**. Dissertação de Mestrado, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, 2008.
- BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2001.
- BULGACOV, Y. L. M.; VIZEU, F. A positividade da emoção na prática da pesquisa social em organizações. **Cadernos EBAPE**, 9, (spe 1), 2011. pp. 488-509.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. Introdução: a disciplina e a prática da pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. e colaboradores (Org.). **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2. ed. Porto Alegre: Bookman e Artmed, 2006. p. 15-41.
- ENGESTRÖM, Y. **Learning by expanding: an activity-theoretical approach to developmental research**. Helsinki: Orienta-Konsultit, 1987.
- _____. Expansive learning at work: Toward an activity theoretical reconceptualization. **Journal of Education and Work**, 14(1), 133-156, 2001.
- _____. Non scolae sed vitae discimus: como superar a encapsulação da aprendizagem escolar. In DANIELS, H.. **Uma introdução a Vygotsky**. (pp. 175-197). São Paulo: Edições Loyola, 2002.
- _____. Interobjectivity, ideality, and dialectics. **Mind, Culture and Activity**, v.3, 2006. p. 259-265.
- FARIA, J. H. de. **Economia Política do Poder: fundamentos**. Volume 1. Curitiba: Juruá, 2004.
- _____. **As Condições de uma Gestão Democrática Social do Processo de Trabalho: reconhecimento, redistribuição, representação e realização**. Curitiba: EPPEO, 2011. Working Paper.
- FRASER, N. **Escalas de Justicia**. Barcelona, Herder Editorial, 2008.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- GODOI, C. K.; BALSINI, C. P. V. A pesquisa qualitativa nos estudos organizacionais brasileiros: uma análise bibliométrica. In: GODOI, C. K.; BANDEIRA-DE-MELLO, R.; SILVA, A. B. (Org.). **Pesquisa qualitativa em estudos organizacionais: paradigmas, estratégias e modelos**. São Paulo: Saraiva, 2006. p. 89-112.
- KEMMIS, S.; MCTAGGART, R.. Participatory action research. In: DENZIN, N.K; LINCOLN, I.S. (Eds.) **Handbook of Qualitative Research** (2nd Ed.), Beverly Hills CA: Sage, 2002. 567-605.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MATTOS, P. **O reconhecimento, entre a justiça e a identidade**. Recognition, between justice and identity. Lua Nova: Revista de Cultura e Política. N. 63, pp.1-10. São Paulo: 2004.
- MÉSZÁROS, I. **Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2002.
- NETO, J. A. C. de A. **A categoria “reconhecimento” na teoria de Axel Honneth**. Argumentos Revista de Filosofia. Ano, 3, Nº 5, pp.139-147, 2011.
- ORLINOWSKI, W. J.. Practice in research: phenomenon, perspective and philosophy. In: GOLSORKHI, D.; ROULEAU, L.; SEIDL, D.; VAARA, E. (Eds). **Cambridge handbook of strategy as practice**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p 23-33.
- RELATÓRIO DE PESQUISA- PROJETO: ORGANIZAÇÕES COLETIVISTAS DE TRABALHO - Número do Processo: 401333/2009-4 - LINHA DE FOMENTO/CHAMADA: Apoio a Projetos de Pesquisa / Edital MCT/CNPq 02/2009 - Ciências Humanas, Sociais e Sociais Aplicadas COMITÊ ASSESSOR: AE - Administração e Economia. Proponente: José Henrique de Faria- Curitiba-Agosto/2011.
- SAAVEDRA, A. G.; SOBOTTKA, E. A. **Introdução à teoria do reconhecimento de Axel Honneth**. Civitas – Revista de Ciências Sociais, v. 8, n. 1, jan-abr., pp. 09-18. Porto Alegre: 2008.
- SMANIOTTO, E. I. **Raízes e Formas dos Conflitos Sociais**. Revista Urutúgua – revista acadêmica multidisciplinar. Quadrimestral – Nº 8 – Dez/Jan/Fev/Mar . Maringá, 2008.
- STAKE, R. E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Porto Alegre: Penso, 2011.